



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

**PROGRESSÃO CONTINUADA: CONQUISTAS E DESAFIOS**

ALECSANDRA COSTA DE ANDRADE SILVA

Parnamirim/RN

2016

ALECSANDRA COSTA DE ANDRADE SILVA

**PROGRESSÃO CONTINUADA: CONQUISTAS E DESAFIOS**

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Ma. Ivone Priscilla de Castro Ramalho.

Parnamirim/RN

2016

## PROGRESSÃO CONTINUADA: CONQUISTAS E DESAFIOS

ALECSANDRA COSTA DE ANDRADE SILVA

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em \_\_\_\_\_ com nota \_\_\_\_\_

### BANCA EXAMINADORA

---

Ma. Ivone Priscilla de Castro Ramalho (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Ma. Monica Karina dos Santos Reis  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Ma. Fernanda Mayara Sales de Aquino  
Instituto Federal do Rio Grande do Norte

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal refletir sobre o processo de avaliação no sistema de progressão continuada. Compreende-se a relevância deste estudo por contribuir para a discussão sobre a organização escolar a partir do regime de progressão continuada, buscando alternativas para que venha a ser um processo democrático em todas as suas práticas. Assim, objetivou-se esclarecer e discutir de modo sucinto essas ideias de contribuição na organização do ensino, considerando os pontos positivos e negativos deste processo e buscando embasamento teórico-metodológico do tema escolhido no que se refere aos autores na área em estudo. Portanto, a partir de pesquisa bibliográfica, a autora analisou documentos oficiais, bem como a literatura pertinente à temática. Os resultados da pesquisa evidenciaram que para que o regime de progressão continuada seja de fato democrático, as instituições escolares precisam romper com visão conservadora de avaliação com ênfase na reprovação, ao mesmo tempo, em que se faz necessário desconstruir estereótipos relacionados aos processos avaliativos.

**Palavras-chave:** Progressão Continuada. Avaliação. Aprendizagem. Educação.

## **ABSTRACT**

This article aims to reflect on the evaluation process in the continued progression system. It is understood the relevance of this study to contribute to the discussion on school organization from the regime of continued progression, seeking alternatives that will be a democratic process in all its practices. The objective was to clarify and discuss briefly these contribution of ideas in the organization of teaching, considering the positive and negative aspects of this process and seeking theoretical and methodological basis of the chosen theme in relation to the authors in the study area. Therefore, from literature, the author has analyzed official documents, as well as the relevant literature to the theme. The survey results showed that for the continued progression regime is democratic fact, educational institutions need to break with conservative vision evaluation with emphasis on the failure, at the same time that it is necessary to deconstruct stereotypes related to evaluation processes.

**Keywords:** Continued Progression . Evaluation. Learning. Education.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal refletir sobre o processo de avaliação no sistema de progressão continuada. O interesse por essa temática se deu a partir de observações no campo de estágio, em que surgiu a curiosidade em compreender melhor o processo de avaliação que se realiza nesse sistema. Durante o estágio, muitos dos meus questionamentos eram se de fato acontece uma avaliação formativa, conforme propõe a própria legislação, no regime de progressão continuada. Pois pelo que pude constatar na prática de estágio é que a escola aprovava os alunos de forma automática, em que os alunos apresentavam muitas dificuldades de aprendizagem. Percebi também que a sala de aula funcionava, nesse sentido, mais como um ambiente de exclusão e não totalmente de mediação com trocas de experiências e conhecimentos em busca de alternativas para superar essa defasagem.

Compreendemos a relevância deste estudo por contribuir para a discussão sobre a organização escolar a partir do regime de progressão continuada, buscando alternativas para que venha a ser um processo democrático em todas as suas práticas. Assim, objetivamos esclarecer e discutir de modo sucinto essas ideias de contribuição na organização do ensino, considerando os pontos positivos e negativos deste processo e buscando embasamento teórico-metodológico do tema escolhido no que se refere aos autores na área em estudo. Portanto, a partir de pesquisa bibliográfica, analisamos documentos oficiais, bem como a literatura pertinente à temática.

O mundo contemporâneo passa por constantes transformações, o que requer a reformulação das práticas curriculares nas escolas, envolvendo as concepções avaliativas das instituições educativas. Por muito tempo, predominou-se o uso de testes e provas para medir o aprendizado do aluno, atribuindo notas para saber se o aluno poderia ser aprovado ou reprovado. Sabemos que esse tipo de avaliação não responde aos desafios da educação emancipatória e democrática, pois avalia apenas o desempenho do aluno e não, de fato, a aprendizagem. Ou seja, os resultados dessas avaliações não condizem com a realidade do aluno a partir de formação contínua.

Criar condições necessárias para o aluno aprender desafia os profissionais da educação atualmente nas escolas. Para amenizar esses problemas sabemos que foram criados esses métodos para contribuir com a aprendizagem na sala de aula, processos que são chamados de progressão continuada, avaliação formativa e o sistema de ciclos, ambos adotados para organizar o espaço e o tempo escolar. Conhecer esse tema de grande relevância no âmbito escolar vai esclarecer como os autores abordam esse tema, a fim de descrever a importância do profissional de pedagogia no processo de ensino e aprendizagem nesse contexto, a diversas formas de organização escolar e as possibilidades de uma avaliação formativa.

## **REFLEXÕES SOBRE O REGIME DE PROGRESSÃO CONTINUADA**

De acordo com Menezes e Santos (2001), o Regime de Progressão Continuada é um procedimento em que a escola se organiza em ciclos, permitindo ao aluno avanços sucessivos e sem interrupções. Essa metodologia pedagógica apresenta como diferencial a proposta de uma avaliação diferenciada, uma vez que a desenvolve de forma processual e contínua. Dessa forma, procura-se assegurar o aprendizado e o desenvolvimento do aluno, sem o estigma da retenção.

Esse tipo de avaliação de caráter formativo está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9394/96), no artigo 24, parágrafo V:

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (BRASIL, 1996).

Em relação ao sistema de progressão continuada, surge a partir da Lei 11.274 de 2006, a qual altera a LDB, ao instituir o ensino fundamental obrigatório com

duração de 9 anos, iniciando-se aos 6 anos de idade. Nessa Lei, fica facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos, podendo adotar o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

De acordo com Paro (2011), pensar a qualidade do ensino no espaço escolar a partir de uma concepção de educação como prática democrática requer a consideração de perspectivas de transformação da escola contemporânea, com discussões que apontem para a superação da relação pedagógica conservadora vigente nos diferentes sistemas públicos de ensino. Em relação aos sistemas de ciclos e progressão continuada, o referido autor defende que se faz necessário considerar a importância da efetiva eliminação da reprovação escolar, a necessidade de aproveitar as lições propiciadas pelas experiências exitosas das duas últimas décadas e a crítica e superação das iniciativas que apenas aproveitaram o pretexto dos ciclos e progressão continuada para seguir não fazendo nada em termos de melhoria do ensino.

Ainda conforme esse autor, temos verificado nos últimos anos um importantíssimo movimento de tentativas de superação das repetições de séries ou reprovações através da implementação do regime de ciclos e de progressão continuada em vários sistemas de ensino do país.

Esse movimento tem-se fundamentado, em grande parte, na maior conscientização de setores responsáveis pela educação que se convencem, cada vez mais, do caráter antipedagógico da reprovação e percebem que o sistema seriado não se sustenta à luz da teoria pedagógica e tem servido apenas para jogar sobre o aluno a culpa pela incompetência do próprio sistema de ensino em levá-lo a aprender. O sistema seriado de ensino mostra sua procedência antidemocrática na medida em que serve a uma concepção tradicional de escola fundamental, preocupada não em ensinar, mas em separar os alunos que podem prosseguir, passando de série, dos que não podem. É um sistema tributário de uma pedagogia baseada no prêmio e no castigo como motivações para o estudo, esquecendo-se da característica básica do bom ensino que é a de ser intrinsecamente desejável pelo educando que, assim, estuda porque quer, fazendo-se sujeito, que é a marca da verdadeira relação democrática (PARO, 2011, p. 697-698).

Vale destacar que a progressão continuada e ciclos escolares estabelecem uma relação muito íntima entre si. “A primeira significa, a rigor, a “progressão” em determinado nível de ensino ou ciclo, sem que o aluno tenha de “repetir de ano”. O



ciclo, em sentido restrito, é entendido como o conjunto de anos durante os quais a progressão tem validade” (PARO, 2011, p. 697). Os ciclos, no geral, são pautados no mero interesse em maquiagem estatísticas. Para esse autor, só podemos falar de progressão continuada em sentido amplo quando a continuidade da progressão não é barrada nos finais de ciclos, mas estende-se por todo o nível de ensino.

Segundo Bertagna (2008), no cerne da concepção dos ciclos está a forma de organizar o tempo e o espaço escolar, em contraposição à tradicional forma de seriação. A possibilidade da organização não seriada do ensino não se constituiu novidade na legislação que normaliza o ensino institucionalizado, pois está presente desde a LDB nº 4024/61, artigo 104, com caráter experimental e na Lei nº 5692/71, artigo 14, a qual é explicitada como alternativa; e a partir da LDB nº 9394/96, artigo 23, fica instituída possibilidade da implantação dos ciclos. Ainda segundo essa autora, as novas formas de organização do tempo e do espaço escolar, denominadas de ciclos, em contradição com a forma seriada, permitem repensar a finalidade da educação e, conseqüentemente, a concepção de homem e sociedade.

Bertagna (2008) explica que a progressão continuada percorre o mesmo caminho dos ciclos ou da organização não seriada do ensino, pois também oferece a possibilidade de uma organização escolar diferenciada. O que está em foco nesse regime é a questão da não reprovação, o que requer uma outra concepção de avaliação. Além disso, a progressão continuada extrapola a compreensão da aprovação automática, pois abarca o aspecto pedagógico, na crença radical de que toda criança é capaz de aprender. Nesse sentido, a avaliação deve valorizar o progresso da aprendizagem, considerando as singularidades dos alunos, respeitando o ritmo de aprendizagem dos mesmos. Ou seja, propõe a avaliação contínua do processo de aprendizagem dos alunos, assim como recuperação contínua, além de modalidades alternativas de adaptação, reclassificação, avanço, aproveitamento escolar. Essa autora defende que essas alternativas alavancam a aprendizagem, pois favorece o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo dos alunos.

A referida autora destaca ainda que, embora a progressão continuada tenha apontado para uma perspectiva inovadora, emancipatória e democrática, na realidade, pouco se efetivou. Faz-se necessário que a sociedade a compreenda

enquanto resistência à escola convencional com seu sistema de seriação e aos métodos tradicionais de ensino.

Ao propor a progressão continuada considera-se o conhecimento como processo e vivência que não admitem a idéia de interrupção, mas sim de construção, num processo formativo contínuo. O objetivo da progressão continuada é eliminar a defasagem idade/série, combater a evasão e evitar múltiplas repetências, contribuindo, dessa forma, com a melhoria da qualidade do ensino.

A diversidade de interpretação sobre progressão continuada tem causado bastante polêmica em cotidianos escolares, e entre as opiniões de profissionais e especialistas em educação, que se manifestam contra ou a favor desta progressão. Entre os discursos que se cristalizam no espaço escolar, há aqueles que acreditam nesta prática, ao entenderem que a reprovação e a repetência podem desestimular os alunos, quando eles são, muitas vezes, julgados ou estereotipados, potencializando as chances de abandono e evasão escolar.

Há também aqueles que não acreditam na progressão continuada, pois afirmam que a maneira como se efetiva nas instituições acaba atropelando o processo de aprendizagem do aluno, aprovando-o automaticamente sem a garantia de que esteja de fato aprendendo. No que se refere à avaliação formativa, deve-se ter em conta que não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas. Isso significa dizer que a expectativa em relação à aprendizagem da criança deve estar sempre vinculada às oportunidades e experiências que foram oferecidas a ela.

Nesse sentido, é enfático compreendermos que progressão continuada não é aprovação automática, pois exige avaliação continuada e recuperação ao longo do ano. Requer compromisso total da escola e de todos os sujeitos envolvidos, avaliando a partir do compromisso ético de considerar as singularidades dos alunos.

A Progressão Continuada faz parte das novas diretrizes para a educação nacional, abrindo um leque de possibilidades para organização do ensino, inclusive na forma de ciclos, retirando a exclusividade do modelo de seriação anual/tradicional. Esta característica representa a concretização das políticas públicas para a disseminação da educação escolar, pois ao flexibilizar o acesso à escola, cria uma diversidade de alternativas para que todos os cidadãos,

independente da idade, condição social e econômica possam estudar e melhorar o seus conhecimentos.

Alguns fatores são necessários para que este modelo de organização do ensino produza bons resultados como a adoção de um processo de avaliação contínua da aprendizagem, com a finalidade de se detectar o mais cedo possível as deficiências e dificuldades que não foram vencidas pelo aluno e para subsidiar o professor na reorientação de sua prática. O outro fator é a implantação de um programa de reforço e de recuperação contínua e paralela, destinado àqueles alunos que apresentam deficiência na aprendizagem dos conteúdos trabalhados.

Para Guilherme (2002), além disso, os estudos acadêmicos que acompanharam a implantação da proposta da progressão continuada apontam, claramente, que não houve ruptura com a forma de organizar os tempos e espaços escolares e sim uma acomodação da forma seriada, agrupando-se séries com a denominação de ciclos.

A escola não pode mais ser classificatória e excludente. Todas as crianças devem estar na escola, as que aprendem rapidamente e as que demandam mais tempo para aprender. Não é mais admissível transferir para o aluno a incompetência da escola por não levá-lo a aprender. A escola necessita encontrar os meios adequados, as metodologias, as estratégias, os incentivos que possam levar o aluno a aprender, já que todos têm condições para tal, dentro da diversidade existente em termos de capacidade para a aprendizagem.

Silva (2001, p. 13) afirma que essa concepção, a da repetência série a série, gerou uma prática que desconsiderava o crescimento cognitivo da criança. Tudo que ela assimilava era praticamente ignorado, obrigando-a a retomar os conteúdos, não de onde havia parado, mas desde o início, como se nada tivesse aprendido. Essa prática violentava sua auto-estima, uma vez que toda a aprendizagem e conhecimento, construídos ao longo de um ano escolar, acabavam sendo menosprezados.

Desta forma, a progressão continuada dinamiza os professores a analisar suas concepções sobre o papel e as finalidades do ensino fundamental na sociedade brasileira atual e o significado deste processo no ensino-aprendizagem de seus alunos. Conforme Silva (1997, p. 2), o regime de progressão continuada não

significa aprovação automática, muito menos desconsidera etapas de escolaridade a serem vencidas. Ele é, sim, um novo conceito a ser dado à avaliação na escola.

De maneira geral, o processo da progressão continuada é pontual, feita somente ao final de períodos de estudo e classificatória, prevalecendo os aspectos quantitativos sobre os qualificativos, que valoriza a memorização de informações e a reprodução dos conhecimentos da forma que foram transmitidos.

Desta forma fica difícil se detectar gradativamente os avanços e deficiências do aluno, bem como as falhas na atividade docente. Sobre o reforço e a recuperação pode-se afirmar que o tempo destinado para tal finalidade é insatisfatório, a metodologia utilizada totalmente inadequada e os grupos de alunos organizados para este fim são extremamente numerosos. É interessante ressaltar que tais heresias são cometidas por falta de espaço físico e ambiente próprio, em nome da economia de recursos.

Para Freitas (1995), a discussão sobre a progressão continuada e a forma como esta opera na realidade (formal/informalmente), intensificando a seleção escolar, não pode ser entendida sem uma análise da organização do trabalho pedagógico, uma vez que a avaliação é apenas um dos elementos, ainda que considerada um dos mais importantes para explicar o funcionamento da escola em nossa realidade.

Desta forma, um pensar pedagógico que valoriza o aprendizado enquanto investiga que outras circunstâncias na vida escolar enfatizariam sobre os alunos, levando-os a avançar em seu processo de ensino-aprendizagem. Assim, faz-se necessário que o ambiente escolar realize contínuas avaliações parciais de aprendizagem e recuperações paralelas durante todos os períodos letivos, para que o compromisso da escola com o processo da aprendizagem dos alunos só se encerrem quando todos os recursos para que eles aprendam foram disseminados.

Portanto, este processo de reorganização, onde a progressão continuada gera uma construção coletiva de mecanismos de avaliação com legitimidade no ambiente escolar e na comunidade, onde desenvolverão instrumentos para acompanhar o desempenho dos alunos de forma positiva e coesa.

O trabalho docente na progressão continuada ganha nova significação com a troca de informações entre os professores. Neste novo processo as equipes pedagógicas trabalham de forma coletiva trazendo novos valores com trocas de

informações sobre os discentes, a respeito de suas conquistas, evoluções e dificuldades. Com o novo sistema de ciclos o trabalho coletivo acentua novas possibilidades de acompanhar os alunos com regularidade a fim de observar suas progressões e perceber as transformações de seu progresso ou dificuldade. O objetivo a ser alcançado nesse novo sistema pelos alunos é um ciclo de quatro anos.

Desta maneira, o docente acompanha o desenvolvimento e percebe as transformações da realidade, empregando metodologias adequadas para a compreensão e transmissão desses conhecimentos, os quais vão sendo construídos ao longo do ciclo.

Este novo paradigma da Progressão Continuada está inserido em um conjunto de orientações criadas em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Essas mudanças estão relacionada ao processo avaliativo e a criação de uma recuperação paralela ao ensino por meio de classes de aceleração/adiantamento, onde o aluno terá estímulos a formas de avaliação flexíveis e diversificadas, sendo avaliados continuamente no processo de desenvolvimento para o ensino e, conseqüentemente, para a aprendizagem.

Segundo Fontoura (2000), ao professor foram acometidas novas obrigações, esperando que ele desempenhe papéis mais complexos que antes não lhe cabiam. Qual seria então a função do professor afinal? Em meio a tantos transmissores de cultura, como o rádio, a televisão, os jornais, etc., restam ao professor desempenhar o seu papel através de abordagens em sala de aula que possam funcionar tão bem, quanto os meios citados.

O sistema da progressão continuada, enfatiza a capacitação dos professores de forma contínua, desencadeando uma sustentabilidade para manter a informação de como trabalhar em sala com alunos, respeitando sua diversidade e avaliando suas habilidades, refletindo de forma geral os problemas sociais aos quais eles podem estar envolvidos, refletir na relação professor/aluno, aluno/professor, outro processo importante é como desenvolver um trabalho na sala com os alunos que não consegue acompanhar o desenvolvimento do ensino no ano em curso, sem desconsiderar a sua trajetória e seus conhecimentos prévios, dando ênfase no papel do professor em conseguir detectar este desafio que é transformar essas informações em aprendizagem significativa.

O professor deve acompanhar o desenvolvimento/rendimento de seus alunos diariamente, não avaliando somente atividades escritas, mas a capacidade dos alunos no seu contexto integral. Nesse contexto, a sala de aula cria novas condições favoráveis de experiências múltiplas que desenvolve a apropriação dos conhecimentos. Como espaço plural, o professor utiliza de ferramentas para a construção do aprendizado levando em conta a diversidade, pois conhecimentos diferentes circulam na sala de aula, seguindo uma prática pedagógica necessária a um atendimento individualizado, com atividades diversificadas na utilização de recursos como, por exemplo: jogos, a informática, a pesquisa com materiais didáticos, aulas expositivo-dialogadas, seminários, painéis e análise de texto. Estas ferramentas favorecem o trabalho do professor e valoriza os saberes que os alunos possuem na expressão de ideias, tornando-os seres críticos e favorecendo uma sociedade mais igualitária.

## **O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA PROGRESSÃO CONTINUADA**

Conforme Estabem (2013), a avaliação tem sido historicamente um ponto muito polêmico na escola. O debate sobre o que é avaliar e como avaliar transpõe os muros da escola, provocando discussões em diversas instâncias sociais. Percebemos que a avaliação, geralmente, tem sido considerada como a emissão de um juízo baseado em critérios pré-estabelecidos a partir de avaliações externas. No espaço escolar, a mais forte consequência dessa concepção é a definição se o aluno será aprovado ou não. Percebemos também que a escola tem funcionado como um mecanismo de ascensão social, ficando encarregada de selecionar os melhores, separando dos “piores”. Ao contrário, a escola deveria ser um espaço de inclusão para todos, mas infelizmente reproduz a lógica do sistema.

Portanto, o processo avaliativo é um tema muito amplo e complexo, onde a mesma se destaca no ponto central do processo de ensino e aprendizagem. O método mais usado atualmente baseia-se na objetividade em analisar dados concretos, obtidos inicialmente através de um conhecimento prévio abordado anteriormente, enfocando tarefas e provas, para assim mediar e aferir pressupostos

sobre o aprendizado. Assim, diante desta realidade o método atual mascara o processo educacional científico, onde alunos dotados de boa capacidade de memorização e reprodução, poderão obter resultados positivos, deixando de lado do aprendizado contínuo e dinâmico, onde o processo de construção do conhecimento se caracteriza diariamente. Essa ideologia traz uma racionalidade instrumental que se concretiza num modelo psicométrico de avaliação que situa o sujeito ao longo de objetivos.

A inclusão do Regime de Progressão Continuada busca romper com esse paradigma de avaliação, introduzindo modelos mais humanistas, democráticos e formativos que se desenvolve gradativamente no processo educacional. Na Progressão Continuada, o processo avaliativo deve ser contínuo e não pontual, tendo por objetivo diagnosticar tanto os desenvolvimentos dos alunos, como as dificuldades e defasagens, e assim, a partir de uma análise conjunta entre professores e alunos sobre os resultados obtidos, buscar novos caminhos e intervenções para que a aprendizagem seja realidade de forma positiva.

Para Abrecht (1994),

A avaliação formativa não é uma verificação de conhecimentos. É antes o interrogar-se sobre um processo, e o refazer do caminho percorrido, para refletir sobre o processo de aprendizagem em si mesmo, sendo útil, principalmente, para levar o aluno a considerar uma trajetória e não um estado (de conhecimentos), dando sentido à sua aprendizagem e alertando- os ao mesmo tempo, para eventuais lacunas ou falhas de percurso, levando-o, deste modo a buscar ou nos casos de menor autonomia, a solicitar os meios para vencer as dificuldades (p. 19-20).

Esse novo método exige também uma mudança no ensino e na postura do docente frente a seu papel neste processo e, principalmente, mudança de sua prática pedagógica, onde o seu fazer avaliativo torne a ser formativo e constante, sendo analisado todo o âmbito educacional na escola, revendo as metodologias de ensino, materiais e recursos didáticos e, em especial os instrumentos e procedimentos de avaliação

Segundo Sacristán (2000), as tarefas solicitadas aos alunos devem ser as mais diversificadas possíveis propiciando troca de informações e de dados fornecidos pelos resultados obtidos entre os professores da turma, o que torna possível realizar uma avaliação abrangente e significativa.

O processo avaliativo na condição formativa tem como método auxiliar o aluno no processo da aprendizagem, estimulando sua participação e interação visando à transformação do indivíduo, refletindo em suas atitudes e condutas para assim construir um ambiente educacional prazeroso.

De acordo com Esteban (2013), a avaliação, na ótica do exame, atende às exigências de natureza administrativa, mas não pode informar sobre o processo de aprendizagem dos estudantes ou questionar os limites do referencial interpretativo do professor. A avaliação organizada segundo esta lógica responde à necessidade de “usar os resultados como explicação para o fracasso/sucesso escolar numa dimensão exclusivamente técnica, sem deixar transparecer a dinâmica de inclusão e exclusão que implica a concepção de homogeneidade em que se fundamenta” (p. 99). Nesse sentido, esta vai se distanciando do processo de ensino-aprendizagem, ressaltando sua função de controle social, ou seja, visa o controle e a classificação segundo modelos estandardizados, homogeneizando comportamentos, atitudes e conhecimentos.

Há que se denunciar também uma avaliação que é extremamente articulada por uma pedagogia dos objetivos, a qual se insere nos procedimentos de racionalização da prática pedagógica, aplicando ao processo educativo o modelo empresarial, a partir de uma abordagem comportamentalista da aprendizagem.

Tendo a eficácia como objetivo central, a avaliação quantitativa se organiza fundamentalmente como um processo de controle da aprendizagem, sendo uma das práticas escolares em que podemos observar com maior nitidez o fomento ao individualismo e à competição. Numa dinâmica social fortemente excludente, onde há que se vencer a qualquer custo, a avaliação contribui para que os(as) alunos(as) não desenvolvam uma real preocupação com o que podem saber ou não, e sim que valorizem fundamentalmente a possibilidade de ganhar dos demais, ou seja, de obter uma pontuação alta (ESTEBAN, 2013, p. 114).

Em contrapartida, Esteban (2013) lança suas apostas numa avaliação como prática de inclusão, objetivando redefinir o sentido de erro e tentando desenvolver mecanismos para que os professores possam identificar que “o erro encarna também uma dimensão criativa e múltiplos conhecimentos, que o erro nos oferece pistas importantes, assinala trilhas não percebidas, que devem ser consideradas e exploradas” (p. 141).



De acordo com Mendes e Martins (2006), a avaliação dos alunos serve a diferentes propósitos, relacionados ou não entre si como, por exemplo, fornecer informação sobre o processo ensino-aprendizagem, de modo a constituir uma base para decisões e medidas a tomar. Os resultados da avaliação dos alunos servem para informar o próprio aluno, o professor, os pais, a escola e a comunidade acerca do seu progresso nos diferentes domínios da aprendizagem. Além disso, fornecem dados para que o professor avalie o seu próprio desempenho docente, podendo auxiliar na tomada de decisões dos envolvidos (aluno e professor, por exemplo), visando modificar ou ajustar o modo de estudar (do aluno) ou de planejar o ensino (do professor).

Para esses autores, a avaliação **formativa** (que ocorre em diversos momentos do processo de ensino-aprendizagem) objetiva verificar em que situação está o progresso dos alunos com base nos vários objetivos do currículo, permitindo ao professor introduzir as alterações necessárias ou reformulações na sua estratégia de ensino. Nesse sentido, a avaliação assume uma função pedagógica e não apenas de controle e pressão sobre os alunos, os professores e a escola, e para isso os professores não podem ignorar o tipo de avaliação a que os seus alunos serão sujeitos nem as expectativas dominantes. Ele deve pensar em estratégias avaliativas, formas alternativas que prestem justiça e uma variedade de objetivos do currículo, que podem ser negociados com todos os sujeitos que dele participam.

É importante que os professores levem em consideração vários aspectos da aprendizagem dos alunos e não unicamente o desenvolvimento em algum trabalho ou prova. Portanto, a avaliação não deve ter caráter julgativo, estereotipando os alunos ou dividindo a sala entre os que sabem mais x o que sabem menos.

Defendemos neste artigo a concepção de avaliação como um processo contínuo que serve para reformular o método de ensino, o qual abrange diversas estratégias, principalmente que sejam atrativas e prazerosas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa evidenciaram que para que o regime de progressão continuada seja de fato democrático, as instituições escolares precisam romper com visão conservadora de avaliação com ênfase na reprovação, ao mesmo tempo, em que se faz necessário desconstruir estereótipos relacionados aos processos avaliativos.

É preciso retomar e potencializar este processo, onde enfoca a construção de outras formas de organização escolar que se pautem nos fins a que se destina a educação, dando ênfase ao processo de ensino e aprendizagem de forma positiva e construtivista, visando o crescimento intelectual dos alunos.

É importante, ressaltar que as novas formas de organização dos tempos e ambientes escolares, que interpõem os ciclos, a progressão continuada, a aprovação automática entre outras que venham a ser anexadas às práticas escolares, sejam construídas e promovidas com um significado real e natural para o desenvolvimento e formação dos alunos, sem desvalorizar o ensino dos conhecimentos que propiciem o desenvolvimento deles, principalmente nos meios sociais das camadas populares, na escola pública, onde as inovações geralmente são implantadas de forma expressivas.

Para Freitas (2002), a progressão continuada e a avaliação informal, construídas anteriormente à avaliação formal, revelam um “submundo” que se faz necessário entender para que os juízos e os valores resultantes desse tipo de ação possam ser controlados e tratados diferentemente, contribuindo para a elaboração de julgamentos que influenciem positivamente na formação do sujeito, e não o contrário.

Portanto, as possibilidades relacionadas no processo ensino-aprendizagem, apontam que, embora a avaliação proclamada na progressão continuada, associada às novas políticas educacionais, reproduza uma determinada condição socioeconômica, baseada positivamente neste processo de aprendizagem, trazendo consigo as discussões de questões importantes na área educacional, enfatizando os meios sociais e possibilitando as práticas avaliativas e pedagógicas, para assim

aprimorar os conhecimentos para desenvolver seres pensantes capazes de interagir com a sociedade contemporânea.

## REFERÊNCIAS

ABRECHT, R. **A Avaliação Formativa**. Rio Tinto/ Portugal: Edições Asa, 1994.

BERTAGNA, Regina Helena. Ciclos, Progressão Continuada e Aprovação Automática: contribuições para discussão. In: **Educação: teoria e prática**, v. 18, n. 31, jul-dez, 2008, p. 73-86.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, artigo 22/23. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 14 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos idade. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm). Acesso em junho de 2016.

ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra?** [2.ed.]. – Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii, 2013.

FONTOURA, Maria Madalena. Fico ou vou-me embora? In: NÓVOA, Antonio (Org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto, 2000.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. Luiz Carlos de. Ciclos de progressão continuada: vermelho para as políticas públicas. **Revista ECOOS**. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 79-93, jun. 2002.

GUILHERME, Claudia Cristina Fiorio. **A progressão continuada e a inteligência dos professores**. 2002. 100f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

MENDES, Iran Abreu; MARTINS, André Ferrer Pinto. Aula 15: Avaliando para construir a aprendizagem. In: MENDES, Iran Abreu; MARTINS, André Ferrer Pinto. **Didática**. – Natal (RN): EDUFRN, 2006.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes progressão continuada. In: **Dicionário interativo da Educação Brasileira – Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://educabrazil.com.br/professao-continuada>. Acesso em 31 de maio de 2016.

PARO, Vitor Henrique. Progressão continuada, supervisão escolar e avaliação externa: implicações para a qualidade do ensino. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, set-dez, 2011.

SACRISTÁN, J. G. O currículo avaliado. In: **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Rose Neubauer da. Aprendendo sem parar. **Escola agora: aprendendo sempre**. Secretaria de Estado da Educação, São Paulo, ano 3, n. 15, p. 2, dez. 1997.

\_\_\_\_\_. **Orientação para as escolas: normas regimentais básicas**. São Paulo: SEE/CENP, 2001.